

Ensino e Geografia

A Geografia na BNCC: reflexões a partir dos conteúdos sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia

Geography in the BNCC: reflections on the contents of urban-industrial society and its energy sources

La Geografía en el BNCC: reflexiones sobre los contenidos de la sociedad urbano-industrial y sus fuentes de energía

Tiago Barreto Lima¹ , Diana Mendonça de Carvalho¹ 

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil

RESUMO

No Brasil, a questão educacional é quase sempre negligenciada e deturpada em prol de manter intactos interesses de grupos políticos e economicamente dominantes. Tal fato pode ser visualizado na Constituição Federal de 1988, que exemplifica a responsabilidade do Estado brasileiro para com a educação pública. Contudo, nos anos que se seguiram, a tese adotada é a de que a “Constituição não cabia no Orçamento”, fundamentando-se na Lei de Responsabilidade fiscal e de aparente primazia para outras questões sem ordem social. Posto isso, no ano de 2017, sobre alegações frágeis e por vezes antidemocráticas, foi aprovado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diante disso, o presente trabalho analisará o desafio na aplicação da BNCC junto a Geografia, perpassando o conteúdo da sociedade urbano industrial e as fontes de energias trabalhadas no 9º Ano A, do Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima, situado no município de Itabaiana/SE. Para tanto, o materialismo histórico-dialético desenha o caminho a ser trilhado no processo de entendimento da realidade social, sendo esse reflexo da experiência de classe vivenciada durante o estágio supervisionado como pré-requisito para finalização do Curso de Geografia (DGEI/UFS). Os recursos didáticos utilizados durante os encontros foram: lousa, pincel, livro didático, imagens, matérias de jornais, smartphone, bem como o uso de charges, mapas, gráficos e notebook. Houve a confecção de materiais didáticos em sala de aula, o uso do livro didático e o desenvolvimento de atividades que permitiram um avanço em relação ao aprendizado do estagiário e do alunado durante todo o processo de regência.

Palavras-chave: Educação; Ensino de Geografia; BNCC; Desafios

ABSTRACT

In Brazil, the issue of education is almost always neglected and misrepresented in order to keep the interests of dominant political and economic groups intact. This can be seen in the 1988 Federal Constitution, which exemplifies the responsibility of the Brazilian state towards public education. However, in the years that followed, the thesis adopted was that the “Constitution didn’t fit into the Budget,” based on the Fiscal Responsibility Law and the apparent primacy of other non-social issues. That said, in 2017, on flimsy and sometimes undemocratic allegations, the Common National Curriculum Base (BNCC) was approved. In view of this, this paper will analyze the challenge of applying the BNCC to Geography, looking at the content of urban-industrial society and energy sources taught in Year 9 at the Professor Nestor Carvalho Lima State School, located in the municipality of Itabaiana/SE. To this end, historical-dialectical materialism draws the path to be followed in the process of understanding social reality, reflecting the class experience lived during the supervised internship as a prerequisite for completing the Geography Course (DGEI/UFS). The teaching resources used during the meetings were: blackboard, paintbrush, textbook, images, newspaper articles, smartphones as well as the use of cartoons, maps, graphs, and notebooks. Teaching materials were made in the classroom, the textbook was used, and activities were developed that enabled the trainee and the students to make progress in their learning throughout the teaching process.

Keywords: Education; Geography teaching; BNCC; Challenges

RESUMEN

En Brasil, la cuestión de la educación casi siempre se descuida y distorsiona en favor de mantener intactos los intereses de los grupos políticos y económicos dominantes. Esto puede verse en la Constitución Federal de 1988, que ejemplifica la responsabilidad del Estado brasileño con la educación pública. Sin embargo, en los años siguientes, la tesis adoptada fue que la «Constitución no cabía en el Presupuesto», basándose en la Ley de Responsabilidad Fiscal y en la aparente primacía de otras cuestiones no sociales. Dicho esto, en 2017, sobre alegaciones endebles y a veces antidemocráticas, se aprobó la Base Curricular Común Nacional (BNCC). A la luz de esto, este trabajo analizará el desafío de la aplicación de la BNCC a la Geografía, observando el contenido de la sociedad industrial urbana y las fuentes de energía enseñadas en el 9º año en la Escuela Estatal Profesor Nestor Carvalho Lima, ubicada en el municipio de Itabaiana/SE. Para ello, el materialismo histórico-dialéctico traza el camino a seguir en el proceso de comprensión de la realidad social, reflejando la experiencia de clase vivida durante las prácticas tuteladas como requisito previo para finalizar el Curso de Geografía (DGEI/UFS). Los recursos didácticos utilizados durante las reuniones fueron: pizarra, pincel, libro de texto, imágenes, artículos de periódico, smartphone, así como el uso de dibujos animados, mapas, gráficos y cuadernos. Se elaboró material didáctico en el aula, se utilizó el libro de texto y se desarrollaron actividades que permitieron al aprendiz y a los alumnos avanzar en su aprendizaje a lo largo del proceso de enseñanza.

Palabras-clave: Educación; Enseñanza de la geografía; BNCC; Retos

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é definida como um conjunto de diretrizes que estabelece competências e habilidades, que os alunos devem desenvolver

ao longo da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A sua elaboração foi pautada na necessidade de uma educação mais coerente e incisiva com as demandas da sociedade contemporânea, que é sucessivamente mais competitiva e estratégica no sentido econômico. Buscou-se com o documento, definir um modelo educacional para todo o território brasileiro. Assim,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2017, p. 5).

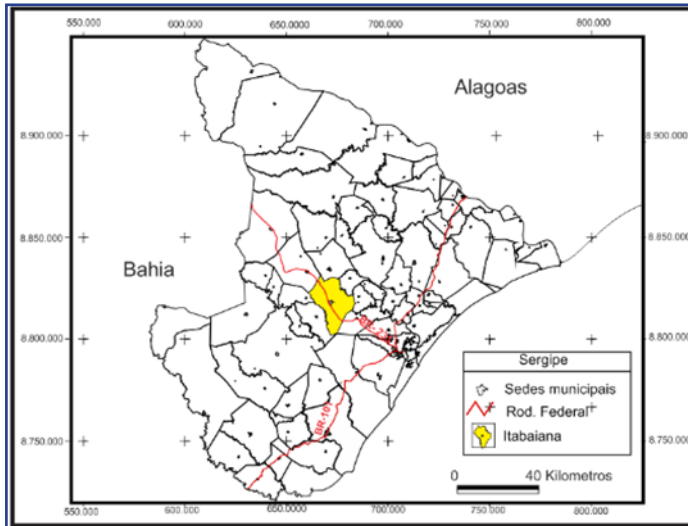
Nesse sentido, a BNCC surge como produto dos interesses de uma sociedade burguesa, desigual e subjugadora da classe trabalhadora marginalizada e subserviente, que para se manter no poder controlam os “Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE” (Saviani, 2000). A escola passa assim, a ser um espaço dual de lutas entre a classe dominante e a classe dominada, em que as ideias hegemônicas refletem os interesses da classe burguesa.

O presente artigo não busca refutar a importância do papel da educação formal e da escola para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural da sociedade, mas parte das contradições para fazer uma leitura da luta de classes que se materializa no bojo da educação formal-escola (Brandão, 1995). No contexto atual, a educação é atrelada aos ditames do processo econômico, ou seja, com interesse de formar indivíduos para o mercado global, e não, por exemplo, para exercer o seu papel de sujeito transformador da realidade. Tanto por isso, a pretensão aqui é analisar o desafio da aplicação da BNCC junto a Geografia, perpassando o conteúdo da sociedade urbano industrial e as fontes de energias, trabalhadas no 9º Ano A, do Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima, situado no município de Itabaiana/SE (Figura 1).

O município de Itabaiana, onde se localiza o Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho, segundo o censo demográfico de 2022 (IBGE), tem uma população de cento e três mil e quatrocentos e quarenta habitantes (103.440 hab.), com o Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDUM, 2010) de 0,642. O município se destaca como uma centralidade regional, mediante o comércio, sobretudo atacadista agrícola (Carvalho, 2023).

Figura 1 - Localização do Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima



Fonte: autoral (2024)

No tocante a educação, dados do Censo Escolar (2023) indica que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do ensino fundamental da rede pública foi de 4,6 e 3,7 respectivamente. O município tinha, no ano de 2023, 13.666 matrículas no ensino fundamental e 4.318 matrículas no ensino médio, além de 71 escolas de ensino fundamental e 12 escolas de ensino médio. O ensino fundamental contava com 697 professores e o ensino médio com 267 (Qeduc, 2023). É nesse bojo que se encontra o Colégio onde foi realizado o estágio.

O Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho tem um quadro de 979 alunos ativos, 34 professores efetivos e 8 contratados (SEDUC/SE, 2024). Os seus alunos, majoritariamente, são filhos da classe trabalhadora, tanto do trabalho urbano quanto do trabalho rural, ou seja, são sujeitos sociais de baixa renda. Além disso, infelizmente, a partir das séries finais do ensino fundamental é comum tomar conhecimento de alunos que exercem atividade remunerada, informalmente, como maneira de complementar a rede familiar.

Neste contexto, a subordinação dos trabalhadores tem papel fundante no capitalismo, e no caso em estudo, a sociedade urbano-industrial, que apresenta como uma de suas principais características, o consumo exacerbado de fontes de energia, sobretudo de combustíveis fósseis. Numa leitura da totalidade, enxerga-se que os principais agentes utilizadores das fontes de energia se encontram nos setores produtivos, a exemplo da indústria agropecuária – produção de commodities, da indústria têxtil, farmacêutica e automobilística, isto é, de setores estratégicos para os capitalistas. Além disso, quando se fala em consumo da sociedade, é fundamental observar quais países atendem essa demanda, tendo em vista que a sociabilidade contemporânea é a capitalista e os principais países consumidores desses recursos naturais são os Estados Unidos, a China, a União Europeia e o Japão (Adas, 2018).

Nesse contexto, a BNCC tem como intuito preparar os alunos para uma sociedade que demanda cada vez mais uma consciência crítica em relação ao uso dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente. Todavia, não o faz sem deturpar a realidade concreta, dado que se propagandeia em discurso esvaziado e alienante dos principais responsáveis pelo impacto negativo aos bens comuns, transformados em mercadorias utilizadas na base produtiva. O documento propõe que os alunos possam desenvolver habilidades e competências que os tornem capazes de compreender as implicações na sociedade e na natureza de acordo com os usos e abusos das diferentes fontes de energia.

Assim, ainda que seja a BNCC um documento importante no movimento de preparar as crianças e os jovens brasileiros para uma sociedade que exige uma consciência crítica, é preciso considerar a presença ideológica da classe dominante em tal documento, que o tornou base/chão para a construção de livros didáticos e planos de ensino dos componentes curriculares. Neste contexto, se questiona aqui, se a BNCC pode contribuir para a formação de uma nova geração de profissionais que ao atuarem no mercado de trabalho, sejam capazes também, de desenvolverem soluções mais sustentáveis e alinhadas às necessidades da sociedade contemporânea no âmbito das profundas desigualdades sociais e econômicas.

A BNCC é adotada como principal instrumento norteador do diálogo de conteúdo e caminhos do ensino para Educação Básica brasileira. O projeto de educação pretendida por esse instrumento, impacta diretamente nas possibilidades de diálogos da sociedade. No contexto da ciência geográfica, a capacidade de trazer os sujeitos escolares para o protagonismo de sua realidade é diretamente afetada, de modo que os conteúdos são enxutos e não levam em consideração a realidade dos alunos para que possam aplicá-los ao seu contexto (Gonçalves, 2022).

Ademais, com a implementação da BNCC, o livro didático torna-se, ainda mais, objeto de críticas¹. Primeiro, por ter na sua aprovação um caráter antidemocrático, com a comunidade escolar silenciada durante o processo de construção e aprovação do documento final. Desse modo, a aprovação da BNCC, reflete um momento de crise estrutural do capital em escala mundial, afetando diretamente o território brasileiro, com a expressão do “[...] caráter antidemocrático das mudanças educacionais que assolaram o país pós-golpe” de 2016 (Gonçalves, 2022, p. 195). Em segundo plano, o lobby das editoras, que se apropriam de maneira privada dos livros didáticos a serem distribuídos pelo Programa Nacional de Livros e Materiais Didáticos (PNLD).

Destarte, em prol de uma educação mais moderna e direcionada para o desenvolvimento econômico, leia-se acumulação de lucros pela classe dominante, o que se tem é a ascensão de determinados conteúdos em detrimento de outros – conteúdos pragmáticos e acrílicos que contemplam interesses de uma classe específica: a classe burguesa. Dessa forma, o livro didático, entendido enquanto produto das relações sociais e, por conseguinte, instrumento de poder, detém ideologias da classe dominante. Assim, o livro didático sob as determinações da BNCC “reforça o fosso de formação entre os jovens da classe trabalhadora e os demais dos outros estratos sociais” (Farias, 2020, p. 6).

Posto isso, o tema: sociedade urbano-industrial e as suas fontes de energia, é retratado muito aquém da realidade que se desenha na contemporaneidade, na qual

¹ Ver o artigo “Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, de Iara Vieira Guimarães, publicado pela Revista Ensino em Revista, em 2018.

tem-se gradativamente mais temperaturas históricas, chuvas anormais, queimadas fora de época e cidades literalmente cobertas por fumaças. Não se pode apenas explicar sobre os usos e abusos na utilização de fontes de energia sem trazer à tona a quem interessa o consumo sem limites dos bens comuns, dado que, certamente, uns ganham e outros perdem nesse processo. Usa-se muito o conceito de “sociedade de consumo” para redirecionar os verdadeiros responsáveis pelos impactos oriundos da exploração maciça desses elementos da natureza. O livro analisado², que é produto ideológico (Nildecoff, 2004), por exemplo, não apresenta as principais empresas e marcas consumidoras desses materiais, as multas e o que estão realizando para reverter a situação. Os alunos não têm acesso amplo e completo às informações pertinentes ao assunto, ao contrário, recebem fragmentos da realidade, desconexos e turvos.

O conteúdo do livro didático está direcionado a resguardar as necessidades da única classe que se apropria da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores, ou seja, a burguesia. Desse modo, a educação ocupa uma posição estratégica no projeto de hegemonia neoliberal, seja para atender aos propósitos empresariais (setor lucrativo de serviços) e industriais (formação de mão de obra), seja como um campo para a regulação e controle social (Farias, 2020, p. 8). Tornou-se a educação uma mercadoria à serviço da acumulação de capital.

Nesse ínterim, o artigo possui relevância para o campo geográfico por retratar o trabalho docente dos estagiários de Geografia num colégio público, com desafios a serem vivenciados e mitigados. O trabalho em discussão expõe, em partes a transição que acontece nesse momento entre as trocas dos livros didáticos e a situação dos professores em sala de aula, com conteúdo didáticos extremamente resumidos e sem viés crítico.

Diante deste contexto, a ciência geográfica é apresentada nas possibilidades de compreensão de mundo, sem relação lógica com as experiências trazidas pelos alunos. Nesse quadro de pobreza conteudista proposto pela BNCC, se concretiza os problemas já colocados em relevo sobre o risco dessa ciência ser reduzida a itinerários. Ainda nesse tocante, se faz imprescindível expor que a Geografia é uma ciência de suma

² ADAS, M. Expedições geográficas: manual do professor. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 60-75.

importância para evidenciar, problematizar e criar instrumentos que possibilitem a resolução de problemas efervescentes da sociedade mundial.

Desse modo, para o Departamento de Geografia do Campus Prof. Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe (DGEI/UFS), o estágio é definido como um espaço de vivência e conhecimento da realidade escolar, cristalizado pela observação material do prédio escolar e seus compartimentos educativos, como também seu sentido imaterial, ou seja, as formas de saberes que se coadunam numa sala de aula. Nesse sentido, é preciso enxergar a prática do estágio como um instrumento importante no processo de formação docente, haja vista ser nesse instante que os estagiários precisam ter a destreza de alinhar teoria e prática, para que de fato se possa ter um processo ensino-aprendizagem de cunho transformador: a práxis.

O presente estudo se debruça sobre a socialização dos conteúdos sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia, trabalhados no 9º ano da Educação Básica da rede pública de ensino, tendo o Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima como locus de investigação. Nesse sentido, os autores deste trabalho entendem a educação e, por conseguinte, a escola como instrumentos de disputas de classe, marcados por conflitos e antagonismos (Savianni, 2000). Assim, a educação, enquanto produto histórico, é sinônimo de poder e emancipação política, é o caminho em si para que se consiga romper com as engrenagens que falseiam a realidade contemporânea, posta pelo discurso hegemônico como natural e insuperável, o que não se concretiza, visto que toda e qualquer realidade materializada é construção histórica, política, cultural, econômica e social; portanto, é passível de transformações.

Desse modo, o geógrafo enquanto estudioso do espaço geográfico e, por conseguinte, das relações que se materializam no espaço, tem a possibilidade real de desnudar as questões que perfazem as mais diversas esferas da sociedade. Assim, quando analisada a realidade concreta para além da aparência, é possível perceber a essência dos objetos, e analisar os processos dinâmicos que norteiam a sociedade de classe (Paulo Netto, 2011), isto é, suas verdadeiras raízes sociais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido a partir do campo-regência no componente curricular Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia IV. O estágio foi direcionado para os discentes do 9º Ano “A” do ensino fundamental do Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima. A turma em questão era composta por aproximadamente 40 alunos e as aulas foram ministradas em seis semanas, cada qual com três aulas, com encontros acontecendo às segundas-feiras e às terças-feiras, no período da manhã. Em geral, a maior parte dos alunos residiam na sede no município, sendo poucos os que moravam no campo: apenas dois discentes. A faixa etária se mostrou bastante diversa, tendo em vista que a turma aglutinava adolescentes de 14 até 17 anos.

No ano de 2022, o Colégio também foi espaço do Programa Estadual Sergipe na Idade Certa (ProSIC), tendo como objetivo, formal e oficial, avanços na situação de distorção idade/série. Contudo, o produto desse programa se configura como desastroso e fantasioso, pois não resolve os problemas estruturais de ensino e alfabetização. Defende-se a quantidade em detrimento da qualidade, considerando-se que muitos desses alunos são repetentes. Neste contexto, Maria³ (professora da rede pública estadual de ensino de Sergipe, SEDUC/SE, 2024), fala que o ProSIC

Na prática é muito diferente dessa propaganda linda do governo. Não temos material para trabalhar, o programa foi implantado na escola no meio do ano de 2022, sem estrutura nenhuma e nem aprovação da comunidade escolar. Fizemos uma reunião com os alunos com distorção idade/série e disseram a eles que no ano seguinte estariam no ensino médio porque no ProSIC não tem reprovação. Munidos dessa informação e do desinteresse pelos estudos, muitos alunos não levaram o programa a sério e os resultados foram muito ruins (Professora da SEDUC/SE, entrevista via rede social WhatsApp, 11 out. 2024).

Dentre outras mudanças observadas no Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima, ressalta-se que historicamente eram ofertadas tanto as classes que correspondem ao Ensino Fundamental maior (6º ano até o 9º ano) quanto as classes do Ensino Médio. Todavia, a partir de determinações do Governo do Estado, o colégio

³ Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

tem perdido turmas do Ensino Fundamental nos últimos anos como forma de se responsabilizar apenas pela oferta do Ensino Médio. No ano de 2022, o 6º Ano do Ensino Fundamental deixou de ser ofertado na unidade escolar, o que sucumbirá na extinção do Ensino Fundamental do colégio daqui a alguns anos, segundo relatos dos próprios discentes da escola. Abre-se, mesmo não sendo ponto de discussão desse artigo, discussões como: “Quantos postos de trabalho serão fechados?”; “Para onde as crianças e os adolescentes dessas proximidades terão que ir para ter acesso à educação?”; e “Qual o prejuízo dessa decisão para a comunidade no entorno do colégio?”. Infelizmente, até então, essas e outras questões permanecem sem respostas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa apresenta como método de análise o materialismo histórico dialético, com o propósito de compreender o impacto da abordagem do tema “sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia” junto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no 9º Ano do Ensino Fundamental no âmbito da Geografia. Nesse contexto, compreende-se a necessidade do estudo em sua totalidade, tendo em vista a apreciação das múltiplas determinações. Para tanto, o materialismo histórico-dialético desenha o caminho a ser trilhado no processo de entendimento da realidade social, ou seja, é a partir da compreensão da aparência e da essência que um novo conhecimento – desvinculado de qualquer alienação, pode ser concebido.

Posto isso, é a condição empírica que fortalece a análise, pois os objetos já existem independente do querer do pesquisador, assim o que cabe é analisar o objeto para além da aparência, é preciso enxergá-lo na sua origem, isto é, enquanto ente que compõe a realidade social. Desse modo, é concreta a existência do tema “sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia” e da própria BNCC, o que compete aos pesquisadores minuciar cuidadosamente essas questões, a fim de se construir um novo conhecimento sobre elas, um conhecimento pleno, emancipado e real. Assim, o materialismo histórico-dialético enxerga a realidade em constante movimento, longe de ser estatística.

Nesse sentido, não sendo negligenciada a categoria totalidade, tendo em vista a importância para além da vivência e dos saberes desses sujeitos, apreender também que eles são produtos de um percurso histórico, político e econômico, não estando desconexo de outras partes que quando juntas formam uma totalidade (Pacífico, 2019). Desse modo, cada parte em si já representa uma totalidade, mas quando somadas formam um todo, que representará de fato o objeto na sua mais pura essência, ou seja, na sua origem de fato.

A metodologia adotada possui abordagem qualitativa, visando a abarcar as experiências desenvolvidas ao longo desse processo ensino-aprendizagem. De acordo com Minayo (2002),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p. 21-22).

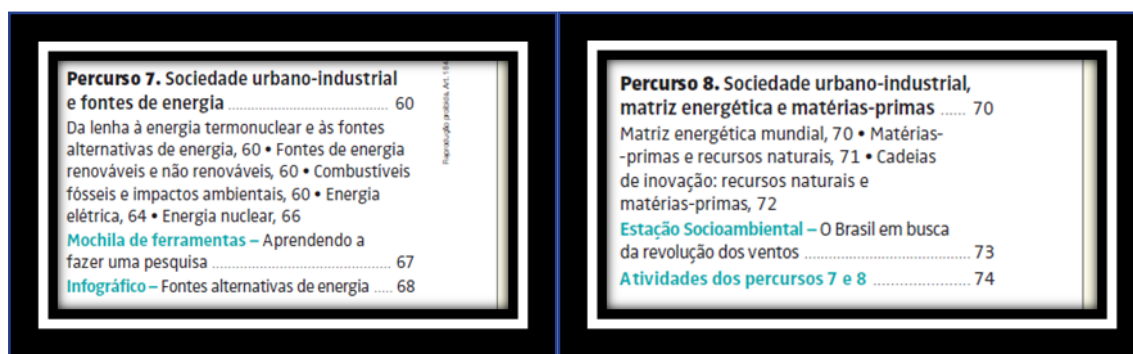
Diante disso, durante o período de regência foram desenvolvidas atividades como: estudo dirigido, exposição de imagens, exploração oral dos conteúdos didáticos, bem como realização de prova escrita. Além disso, foram expostos os depoimentos dos discentes sobre os objetos estudados em sala de aula, em paralelo às discussões sobre a literatura concernente aos temas dos percursos 7 e 8 do livro didático, que foram encerrados com a aplicação de duas provas escritas a fim de compor a nota avaliativa referente à 3ª unidade (Figura 02).

Os recursos didáticos utilizados durante os encontros foram: livro didático, lousa, pincel, imagens, matérias de jornais, smartphone, bem como o uso de charges, mapas, gráficos e notebook. É de bom grado citar que os encontros se mantiveram intimamente ligados entre si, com o objetivo de não existir uma quebra no processo de construção do conteúdo, que envolve a sociedade urbano-industrial e as fontes de energia.

Os discentes-estagiários tinham como objetivos: expor o conteúdo abordado pelo livro didático de forma oral durante as aulas expositivas, assim como outras

temáticas que se relacionassem com os assuntos contidos no material letivo; desenvolver a capacidade dos alunos para debater os conteúdos trabalhados em sala de aula; e avaliar o feedback dos alunos em relação ao conteúdo das aulas.

Figura 02 – Debate acerca do conteúdo sociedade urbano-industrial e fontes de energia, Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima, Itabaiana – SE, 2022



Fonte: Adas, Melhem. Expedições geográficas. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018

Nas aulas ministradas foram trabalhadas, de forma crítica, às mudanças ocorridas no espaço geográfico, a partir da consolidação de uma sociedade urbano-industrial e do seu padrão de consumo. Fato que repercutiu numa caracterização dos modos de produção já vivenciados e organizados pelo homem, dado que no capitalismo é a necessidade de autovalorização do capital, isto é, realização da mais-valia, que permeia sua lógica expansionista e destrutiva. Assim, pretendeu-se desenvolver as atividades do estágio com ênfase em um fazer geográfico crítico-reflexivo, bem como emancipatório.

Com isso, na primeira semana foram discutidos assuntos como “da lenha à energia termonuclear e as fontes alternativas de energia”, além de se fazer a diferenciação entre fontes de energia renováveis e não renováveis. O objetivo das aulas foi discutir o avanço das fontes de energia utilizadas pelo ser humano, as fontes alternativas de energia e a classificação em renováveis e não renováveis. Para isso, os materiais usados foram: quadro, pincel e livro didático; a metodologia se baseou na exposição oral dos conteúdos. Assim, em boa parte, foi posto o que ficou estabelecido no plano de aula, sem a necessidade de usar o “plano B”, que seria a elaboração de uma atividade.

Na semana subsequente, o conteúdo ministrado tratou sobre a energia elétrica, assim como os seus usos e os impactos socioambientais gerados. Elencou-se como objetivo discutir as principais formas de geração de energia elétrica e suas principais características no tocante às questões sociais, econômicas, físicas e ambientais. Desse modo, utilizou-se smartphone, quadro, pincel e livro didático como materiais. A metodologia, para além da elaboração de uma “nuvem de palavras” com conceitos-chaves explanados pelos discentes e a exposição oral, como também a interpretação de gráficos e mapas inclusos no livro didático, no percurso 7.

Na terceira semana, em comum acordo com os discentes e a professora responsável pela turma, ocorreu a aplicação de um estudo dirigido que tinha como norte os conteúdos estudados no percurso 7. O estudo dirigido, composto por cinco questões, fez parte da nota da 3ª unidade. No encontro seguinte (ainda na terceira semana), o tema debatido foi “matriz energética” e o objetivo proposto foi analisar o conceito de matriz energética mundial e o papel dos países ricos e emergentes na busca por fontes alternativas de energia. Os materiais usados foram quadro, pincel, gráficos e tabelas. A metodologia aplicada foi a exposição oral do conteúdo e o debate em sala de aula entre professor e aluno.

Na semana quatro, abordou-se o conteúdo: “matérias-primas, recursos naturais e consumo de matérias-primas”, com o objetivo de discutir cada um dos conceitos mencionados, além de se trabalhar a diferenciação entre matérias-primas naturais e transformadas. A metodologia baseou-se na exposição oral dos assuntos, com a finalidade de levantar e debater questões pertinentes sobre os objetos de estudo. Livro didático, quadro e pincel foram os materiais utilizados.

Durante a quinta semana, o plano de aula sofreu mudanças significativas, pois estava previsto e agendado o uso de Datashow para a exibição de um documentário que tinha como finalidade reforçar o que estava sendo trabalhado no livro didático. O objetivo escrito se referiu ao aprofundamento sobre matérias-primas, recursos naturais e impactos ambientais a partir da exibição do documentário “A História das Coisas”, mas não se concretizou devido a problemas com o aparelho tecnológico da

escola. Assim, a elaboração de um resumo escrito, que valeria nota para compor a unidade foi suspensa. O “plano B” adotado diante do imprevisto foi a aplicação de uma atividade referente ao conteúdo do percurso 8.

Na sexta e última semana, as aulas foram direcionadas à aplicação da segunda parte da 3ª unidade. A metodologia consistiu na aplicação de uma prova escrita a ser respondida de forma individual em sala de aula. Os materiais utilizados foram papel e caneta.

De modo geral, o processo ensino-aprendizagem desenvolvido ao longo do estágio supervisionado foi alicerçado em discussões e debates entre os educandos e os educadores. Nesse sentido, esperava-se que os alunos conseguissem interpretar transformações presentes na sua realidade local, de forma a inter-relacionar tais acontecimentos com os processos ocorridos em outras localidades e escalas. Ademais, teve-se como objetivo retratar parte das contradições que compõem o modo de produção capitalista, de maneira a explicitar a origem social dos processos, no objetivo de ceifar a ideia de que as transformações são ações naturais e pacíficas, elucidando os seus aspectos conflituosos e contraditórios. O pragmatismo do livro (tabela1) deu-se a partir das próprias perguntas contidas na obra.

Afirma-se que para atingir tais objetivos, o estagiário realizava uma sondagem inicial acerca do que os alunos conheciam sobre o conteúdo a ser ministrado, com o levantamento finalizado, partia-se para a exposição e análise crítica do conteúdo, buscando, sempre que possível, relacionar com os contextos aos quais estavam inseridos os discentes da turma. Levantava-se, então, o debate entre os próprios discentes, com a mediação do discente-estagiário, sobre como os conteúdos apareciam para eles (seja de forma direta seja de forma indireta por meio de filmes, telejornais, séries) e por fim, fazia-se a triagem das informações, agora, (re)construídas e imbuídas de cientificidade, garantida pelo livro didático, mas também de criticidade, adquirida mediante o processo de ensino-aprendizagem fundamentado no descortinar das contradições da sociedade de classes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O enxugamento dos conteúdos e a escassez do conhecimento: como fica a Geografia?

A BNCC, de fato, reduziu e dispersou os conteúdos didáticos, tanto que determinados conhecimentos, propostas e debates, outrora presentes no livro didático, hoje não se encontram mais nas obras utilizadas no ambiente escolar (Cruz, et. al., 2016). O que passa a existir em grande medida, são indicações de filmes e leituras, como se todos os alunos da rede pública dispusessem desses aparatos em seus lares, onde, na maioria das vezes, a preocupação maior é conseguir algum tipo de renda para a subsistência alimentar. Neste contexto, a escola deve ser o espaço central para a realização do processo ensino-aprendizagem, dado que, de forma geral, no contraturno os discentes tendem, sobretudo, desenvolver atividades com suas respectivas famílias, seja no campo ou na cidade⁴, visando a subsistência familiar.

Como produto do enxugamento dos conteúdos, o que tem sido visto é a escassez do conhecimento, da capacidade crítica de se posicionar, senão da própria defesa da barbárie (durante o estágio, por exemplo, um dos discentes chegou a insinuar que trabalho infantil não devesse ser criminalizado, utilizando o argumento de que essa modalidade de trabalho proporcionaria um maior preparo da mão de obra e qualificação para o mercado de trabalho). O fato exposto coaduna-se com a preocupação de que tipo de educação estamos lecionando para os alunos brasileiros e até que ponto não reforçamos apenas o que está posto como natural. Assim, a escola assume uma feição de “aparelho ideológico do Estado”, que é apropriado pela ideologia burguesa (Savianni, 2000).

A situação da Geografia no Novo Ensino Médio, projeto sancionado em 2017 pelo então Presidente da República Michel Temer, é uma trágica realidade para os próximos anos letivos, tendo em vista a perda de espaço de conteúdos formativos estratégicos como geografia, história, filosofia e sociologia no currículo escolar, bem como a não

⁴Um dos discentes da turma em questão trabalhava como entregador de aplicativo (informação livremente fornecida pelo indivíduo).

obrigatoriedade, tornando-se disciplinas de teores optativos (Gonçalves, 2022). Esse quadro é uma afronta a todos os que prezam por um ensino de qualidade e de cunho crítico-emancipatório, além de precarizar o trabalho do licenciado, sobretudo de Geografia, vez que outros profissionais com o “notório saber” poderão desenvolver atividades que competem aos profissionais devidamente preparados e outorgados por lei.

Desse modo, o Novo Ensino Médio que enxuga e empobrece os conteúdos da Geografia, não é nada mais que um projeto neoliberal preparado pela elite e implantado forçosamente junto a classe trabalhadora, pois notadamente, “os interesses políticos superpõem e influenciam a construção de currículos em detrimento do bem comum” (Cruz, et. al., 2016, p. 1404). Nesse ínterim, as reformas com vestes limpas e novas não significam mais que exemplos sucateados e maltrapidos, mas que atendem ao processo de acúmulo de riquezas para a classe dominante, mesmo que o contraponto seja a acentuação das desigualdades em suas diferentes esferas e núcleos.

Assim, o Novo Ensino Médio, em sua gênese, não está preocupado em discutir, trabalhar e sanar os problemas estruturais que corrompem a educação pública brasileira. O oposto: o presente documento, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprofundará ainda mais as lacunas existentes entre o ensino público e privado no Brasil, haja vista as diferenças nos financiamentos postos à condição didático-pedagógico e infraestrutural. Diante do exposto, o próprio capitalismo e seus agentes privados funcionam como o motor dessas reformas conservadoras e, ao mesmo tempo, retrógradas, ainda que suas figuras fiquem invisíveis no processo, destaque apenas os agentes políticos.

Nesse sentido, em tempos difíceis, com crises econômicas mais recorrentes, qualquer esfera da sociedade que possa render lucro para os interesses dos capitalistas tende a ser apropriada de forma a apaziguar os desequilíbrios próprios do sistema. Para isso, cria-se um cenário perfeito para defender o novo como sinônimo de desenvolvimento socioeconômico, e tudo que possa o contradizer é taxado de ultrapassado e sem espaço no futuro.

Diante do exposto, a Geografia é taxada como disciplina de pouca importância para o país, sendo que, na realidade, é por meio das ciências humanas e, sobretudo, dessa disciplina que os filhos dos proletários podem ter a oportunidade de produzir um conhecimento real, crítico e emancipatório frente à realidade a que estão subjugados. Para além de preparar os sujeitos para o mercado de trabalho, a Geografia consegue transmitir o conhecimento assentado na sua função social, ou seja, com a capacidade de promover a emancipação plena dos homens e mulheres, mesmo a passos lentos, dentro do seu espaço-mundo.

O ataque à Geografia, concretizado por meio da implementação da BNCC, foi pensado e planejado como mais um mecanismo que possibilita manter intacto o modelo econômico vigente. Para Gonçalves (2022, p. 200), essa “[...] nova forma de organização do saber disciplinar o conhecimento geográfico é desvalorizado, uma vez que subordinado as lógicas internas”, ou seja, tem-se o empobrecimento dos conteúdos e da própria ciência, pois o objetivo é atender aos interesses dominantes, e não mais socializar um conhecimento crítico-emancipatório.

Como ponto de ilustração ao discutido, a obra adotada na escola, no seu percurso 7 de abrangência, “Sociedade urbano-industrial e fontes de energia” (p. 60-69), consegue, incrivelmente, numa só lauda discutir assuntos como “da lenha à energia termonuclear e as fontes alternativas de energia”; “fontes de energia renováveis e não renováveis” e “combustíveis fósseis e impactos ambientais”. Claramente observa-se que pontos importantes são suprimidos dos tópicos para que se consiga chegar a tal feito. Assim, como se não bastasse a diminuição drástica dos assuntos escolares, quando os estagiários traziam discussões para além do livro didático, buscadas em outras fontes, notava-se uma lacuna entre os conhecimentos de alguns alunos, isso porque, as temáticas não estavam no livro didático, dificultando que os discentes conseguissem acompanhar na íntegra o objetivo pretendido com o que estava sendo ministrado em sala. Desta feita, o trabalho do professor é minado e fragmentado pelas peças empregadas pelas novas diretrizes educacionais.

Além disso, conteúdos didáticos como os de energia solar, geotérmica,

maremotriz e eólica são expostos em dois parágrafos com 3 ou 4 linhas. O livro, ainda, indica que os professores façam questionamentos acerca de produção, consumo e posição que se encontram os países em relação aos recursos naturais, reforçando um ensino de caráter pragmático e decoreba. Tudo isso, contribui para a disseminação de conhecimentos dotados de lacunas que dificultam o entendimento de questões centrais e, conseqüentemente, da sociedade de classes.

Posto isso, no percurso 8 do livro didático, que trabalha a “Sociedade urbano-industrial, matriz energética e matérias-primas”, visualizou-se que o assunto é destrinchado em três laudas, tornando-se uma preocupação para o docente quanto ao que está por trás dessa redução dos conteúdos. Nos percursos 7 e 8, gráficos e tabelas aparecem em meio ao texto sem que haja uma explicação das informações contidas nesses elementos. Com pouco espaço para a discussão dos assuntos, o que se tem no fim é um conhecimento vazio, por vezes despossuído de uma criticidade capaz de entender o problema para além da essência. Conceitos como o de recursos naturais, matérias-primas e matriz energética se firmam em uma ou duas linhas, sem que haja um processo de discussão e aprofundamento que abranja tanto a realidade científica quanto o papel do aluno frente a intensificação dos processos exploratórios e usos dessas condições, Figura 3.

Figura 03 - Socialização do conteúdo a partir de exposição oral e uso do quadro, no Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima, em Itabaiana/SE, 2022



Fonte: Organizado pelos autores (ago. 2022)

Nesse sentido, percebe-se uma quebra na forma de interpretar os conteúdos ministrados. Por exemplo, quando falado sobre a Revolução Industrial e as mudanças ocasionadas nos espaços agrário e urbano, pouco se percebeu a sua relação com os problemas socioambientais enfrentados nos dias atuais. Um segundo exemplo que merece ser citado diz respeito à relação entre países ricos e pobres e o consumo de matérias-primas, dado que uma parte considerável da turma associava a busca e o uso desses elementos à promoção de um desenvolvimento socioeconômico capaz de abranger todos os países. Esse conhecimento, dotado de falhas e de um esvaziamento da criticidade, resulta da pobreza de conteúdos presentes no livro didático, em nenhum momento se discute temas pertinentes e essenciais para a compreensão de determinadas questões, como é o caso do próprio capitalismo, responsável pela destruição da natureza e, conseqüentemente, do próprio ser humano.

Os conteúdos, tratados de forma superficial, mostram somente uma pequena parte das contradições engendradas pelo modo de produção e pela sociedade de consumo. Então, cria-se um conhecimento com lacunas, pois o alunado compreende que algo precisa ser feito para mudar esse consumo exacerbado dos recursos naturais e das matérias-primas, mas o livro didático não permite avançar sobre os meios pelos quais essa realidade pode ser transformada. Não existe um estímulo aos discentes para que compreendam o fato de serem sujeitos políticos e, por isso, capazes de mudar o que está em vigência.

Portanto, como bem apontado por Farias (2020), é preciso lutar mais uma vez pela sobrevivência e qualidade da ciência geográfica. É preciso que a sociedade consiga entender o papel dos geógrafos no processo de desnudar as inúmeras violências que permeiam a sociedade no presente tempo. Assim, mesmo em leis, decretos e bases, o professor pode e deve primar por um ensino embasado científica e criticamente, com vistas a romper com as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

4.2 O esvaziamento do discurso político dos conceitos e categorias no processo de compreensão da sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia

O ser social tem como categoria fundante o trabalho, isto é, o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza (Lessa, 2015). Dito isso, o homem, na presente pesquisa, é compreendido enquanto um ser animado dotado de humanidade, tendo em sua gênese tanto a dimensão natural quanto a dimensão social. Criado e formado através do trabalho, apresenta-se, assim, em constante transformação. Nesse ínterim, a sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia modificam o homem da mesma forma que o homem as modifica, tendo em vista que é um processo de trocas e de materialização de saberes. A sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia refletem o desenvolvimento do ser social, ao passo que a sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia também retrabalham tal ser.

Posto isso, descaracterizar os conceitos e as categorias do seu sentido político empobrece o conhecimento e falseia a realidade, pois se tem a ideia de que homem e os processos históricos são coisas diferentes, o que não é fato. Desse modo, conceitos como recursos naturais, matérias-primas, matriz energética, países ricos e em desenvolvimento, dentre outros, surgem com definições rasas e superficiais, desprovidas em boa parte de uma carga política.

Os autores do livro didático utilizado ressaltam as mudanças dos humanos no uso das fontes de energia e na busca incessante por novas matérias-primas. Coloca-se o fato como algo natural e não como uma necessidade do modo de produção capitalista e das transformações por ele arquitetadas. Os alunos, então, tendem a compreender que as mudanças e os períodos históricos pouco têm relação com o desenvolvimento humano, o que não condiz com a realidade, tendo em vista que são os homens os únicos e verdadeiros produtores da realidade social e da história. Afirma-se que é o homem o único ser dotado de consciência. Assim, enquanto dotado de consciência, o ser social consegue prever idealmente o ente a ser criado e materializado, isto é, existe na consciência antes mesmo de ser real. Contudo, após imprimido no mundo social, sujeito e objeto são entes ontologicamente distintos, cada qual é uma totalidade em si mesmo.

Outro aspecto trabalhado pelo livro didático a ser referendado, é a relação entre países ricos e em desenvolvimento, que pode ser enxergada como uma forma de compreensão da realidade que não se sustenta mais, pois já há clareza na relação desigual e combinada entre os países que compõem a relação “centro-periferia” e que é moldada pela evolução do modo de produção capitalista. Estudar países categorizados como ricos ou em desenvolvimento dá a entender que a relação existente é harmônica e pacífica quando na verdade é marcada por conflitos e desarmonia, na ofensiva do centro de se manter no poder e no controle das relações econômicas.

Quanto aos recursos naturais e às matérias-primas, a ideia que se tem é que as localidades onde estão disponíveis é dotada (quase que de forma natural) de riquezas e desenvolvimento, quando a história mostra que, muitas das vezes, a exploração desses elementos fica condicionada aos ditames dos países do centro. Um caso clássico é o petróleo, uma das principais fontes de energia que formam a matriz energética mundial, já que a sua exploração e todo o resto do circuito produtivo ficam a cargo de normas internacionais, como as operacionalizada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) ⁵. Quando as regras do mercado mundial não são seguidas pelos países produtores, estes passam a sofrer retaliações por parte dos países centrais, como acontece com a Venezuela nos últimos anos⁶.

Os recursos naturais e as matérias-primas são trabalhados como categorias estáticas pelo material utilizado durante a regência. Não há o intuito de problematizar de que forma a exploração e o uso dos recursos naturais e das matérias-primas são condicionados pelos países ricos, como fica claro a partir das perguntas dispostas ao longo dos conteúdos no livro didático (Tabela 1).

Desse modo, não se coloca em relevo as relações de controle que os países do centro exercem sobre os países periféricos para se manterem no controle da exploração e do uso dos elementos naturais, que deveriam ser encarados como de

⁵ Mediante a crise estrutural do capital, eclodida no ano de 1973, criou-se a Opep com o objetivo, real, de proporcionar um ambiente estável para à produção e à venda de petróleo sem ocasionar o colapso da economia mundial.

⁶ No ano de 2019, depois de diversas investidas para controlar a dinâmica do setor petrolífero na Venezuela, os Estados Unidos impuseram sanções com o objetivo de derrubar o governo de Maduro, mas não obtiveram êxito. Contudo, o povo venezuelano sofre até hoje com os desdobramentos de tais medidas estadunidenses.

bem coletivo e não privado. Também se observa que existe uma homogeneização na forma de encarar o problema da utilização desenfreada dos recursos naturais, como se os países pobres devessem encarar a questão da mesma forma que os países ricos, sendo que os últimos são os responsáveis pela maior parcela desse uso desenfreado.

Tabela 1 – Perguntas Elaboradas pelos Autores do Livro Expedições Geográficas, de Melhem Adas e Sergio Adas, 2018

Perguntas contidas nos conteúdos sociedade urbano industrial e suas fontes de energia

Pergunta 1: Qual é a participação na produção mundial, em porcentagem, dos cinco maiores produtores de carvão mineral?

Pergunta 2: Qual é a participação no consumo mundial, em porcentagem, dos cinco maiores consumidores de carvão mineral?

Pergunta 3: Entre os 10 países maiores produtores de petróleo no mundo, qual é a participação, em porcentagem, dos países da América?

Pergunta 4: Observe os gráficos A e B. Qual era a posição do Brasil em relação à sua participação na produção e no consumo mundial de petróleo em 2020?

Pergunta 5: Entre os maiores produtores de gás natural, desconsiderando a Rússia, quais se localizam na Ásia?

Pergunta 6: Observe os gráficos A e B. Você acha possível a Rússia ser exportadora de gás natural? Explique

Pergunta 7: Aponte a participação percentual dos países da América entre os cinco maiores consumidores de hidreletricidade em 2020.

Pergunta 8: Que fonte renovável apresentou, em 2020, a maior capacidade instalada de geração de eletricidade no mundo?

Fonte: Autores (2024)

Posto isso, nota-se que o neoliberalismo dita as regras sobre o campo educacional brasileiro, seja com o aval de livros didáticos e editoras que são contempladas com dinheiro público, seja com a própria entrada no ensino público a partir de vendas de interativos formativos como prega a Base Nacional Comum Curricular. Desse modo, a educação se tornou uma área frutífera para as necessidades do capital, sendo gradativamente tomada pelo setor privado. De acordo com Albuquerque, et.al. (2021):

O processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular em curso representa mais um momento da trajetória de aprofundamento do neoliberalismo sobre as políticas educacionais no Brasil. Na análise dos processos que resultaram no atual momento, é possível encontrar continuidades e atenuações no longo período que, desde pelo menos

o início da década de 1990, vem sendo marcada por uma política educacional que tem, entre suas principais diretrizes, de um lado, a ampliação dos processos de mercantilização da educação e de outro a intensificação do controle e da desqualificação da docência, em suas mais diferentes escalas (Op. Cit., 2021, 18).

Assim, “os critérios de aprovação dos livros, [...], têm o poder de legitimar determinadas práticas educativas e invisibilizar outras” (Gonçalves, 2022, p. 194), ou seja, é preciso analisar o livro didático como um instrumento de poder e de disputa de classe, havendo sim conflitos e disparidades de ideias sobre os conteúdos que serão tratados e a forma como serão trabalhados. Desse modo, a escola se faz um produto cultural e financeiro da burguesia mediante ação estatal e, assim tende a retratar os desafios e o antagonismo existentes no modo de produção capitalista.

4.3 A escola: entre o planejado e o realizado e as contribuições para o ensino de Geografia

A universalização do ensino no Brasil demorou a acontecer, sendo esta realidade conquistada no arcabouço teórico da Constituição Federal de 1988. Desde então, leis, normas e parâmetros foram sendo aprovados para que se pudesse alcançar uma igualdade do ensino nas diferentes regiões brasileiras, ainda que, de forma recorrente, muitas vezes esses encaminhamentos fiquem aquém do esperado. O que se percebe, na prática, é a existência de escolas sem infraestrutura para atender o número de alunos necessários e/ou sem materiais tecnológicos para incluí-los numa conectividade cada vez mais crescente e presente no século XXI.

A educação muda o homem e este modifica a sociedade. Contudo, para que isso aconteça, a educação precisa estar assentada em princípios emancipatórios, capazes de promover mudanças estruturais na sociedade. Essas mudanças seriam alcançadas a partir de condições materiais que permitissem tal fato, como escolas compostas de materiais e instrumentos capazes de abranger as necessidades dos discentes, com o objetivo de trazê-los para a luta de classe. Mas a realidade é outra. A escola, ainda no século XXI, é vista como privilégio para poucos. O ensino é espaço distante para

muitos alunos da classe trabalhadora, que logo se veem obrigados a partirem para o mercado de trabalho, sem condições de se manterem na escola.

Nesse ínterim, o Brasil retrocede de forma recorrente, pois a educação repetitivamente sofre contingenciamentos e cortes por parte das instituições que, segundo a Constituição Federal, deveriam cuidar, zelar e garantir um ensino de boa qualidade. Em 2022, segundo a CUT⁷, 1,9 bilhões de reais que seria destinados à manutenção de instituições públicas de ensino foi cortado, o que revelou o descaso do Governo Federal da época para com a educação das crianças, jovens e adultos brasileiros. No mesmo período, veículos de comunicação têm noticiado, em tom de denúncia, a existência de alunos dividindo ovo na merenda escolar, além de, em alguns casos, só haver bolachas com suco instantâneo⁸, o que agride a soberania e a segurança alimentar desses jovens estudantes, mesmo num país que produz mais que o necessário para alimentar a sua população.

Assim posto, os cortes na Educação Básica reverberam no próprio dinamismo do circuito educacional, pois quando os alunos são desassistidos na base, pouco há de ânimo para darem prosseguimento aos estudos, o que pode ser analisado a partir da fatídica realidade do Ensino Superior no país. Dessa maneira, os discentes sem uma estrutura financeira sólida são obrigados a abandonarem os estudos por não possuírem condições materiais para permanecer no curso escolhido. Com isso, dos 8.450.755 discentes matriculados no Ensino Superior, apenas 36,68% concluem os respectivos cursos (Censo da Educação Superior do Inep/MEC, 2018), o que de fato representa prejuízos para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico do país.

No caso do Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima, a realidade não é tão diferente. Contudo, o sucesso da unidade se deve ao corpo diretivo e ao corpo docente da escola, que mesmo com pouco, buscam trabalhar numa perspectiva crítica e consciente; além dos alunos, que têm fome de aprender. Os problemas são

⁷ Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-corta-mais-de-r-1-bi-na-educacao-e-escolas-e-universidades-podem-fecha-0f62>. Acesso em: 09 out. 2022.

⁸ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2022/09/16/merenda-escolar-sem-reajuste-faz-com-que-criancas-dividam-ate-ovo.html>. Acesso em: 09 out. 2022.

perceptíveis, como as salas pequenas e as turmas que ultrapassam o quantitativo de 40 alunos, fazendo com que falte espaço na sala de aula e às vezes, criando a necessidade dos alunos se sentarem uns “colados” aos outros. Ademais, falta em algumas salas o aparelho Datashow, o que impossibilita mostrar vídeos ou slides para auxiliar na compreensão do conteúdo ministrado.

Outro ponto a ser destacado é a existência de um pequeno refeitório e a fila enorme para buscar o lanche, o que reflete a desistência de se alimentar com a merenda que a escola oferece por parte de alguns discentes. Assim, não há espaço para a hora do lanche, que deve ser realizado no pátio ou em frente às salas, já que o consumo de comida dentro das salas é vedado, em virtude da necessidade de se preservar a limpeza do ambiente para o contraturno.

A dialética, compreendida como contradição, objetiva analisar o objeto como conflituoso, contraditório e complexo, enquanto produto do trabalho (Pacífico, 2019). Posto isso, é preciso conhecer os processos, a estrutura e a dinâmica do objeto, ou seja, a sua própria gênese para que se torne possível desvelar as feições do objeto pesquisado.

Assim, trabalha-se com a teoria e a prática para que se consiga apreender a realidade em sua totalidade. Dessa maneira, a teoria seria “o movimento do real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador” (Paulo Netto, 2011, p. 23), ou seja, nada mais que o conhecimento produzido pelo homem em sociedade e inculcado pelo ser social. A prática, nesse ínterim, estaria direcionada para o desvelar dos processos, estabelecida no tripé tese-antítese-síntese. Fato firmado na negação do objeto e na procura, a partir da abstração desse objeto da totalidade, de uma síntese, ou seja, do conhecimento emancipado e despido de ideologias sobre o objeto em estudo.

Nesse sentido, o ser Geógrafo é construído a partir do trabalho entre teoria e prática, num processo indissociável, tendo em vista que os objetos/as questões/as coisas existem na sua totalidade. Desse modo, estagiar é a prerrogativa que existe para se contrapor a realidade inicial posta e enfrenta-la na construção de uma Ciência de cunho transformador. O estágio abre novos olhares sobre as distintas realidades que se materializam na sala de aula, seja com os depoimentos de vivências ainda

marcadas pelo senso comum, mas que aos poucos vai ganhando cientificidade com o desenrolar do conteúdo, seja com as boas surpresas a partir de questionamentos que fazem o professor sentir um 'friozinho na barriga' e responder: gostei da pergunta, vamos trabalhar essa questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio no cunho acadêmico e exercício da Educação Básica é um estímulo ao conhecimento da prática docente. Neste quesito, a experiência observada com o trabalhar à sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia no mundo e no Brasil, demonstrou como o problema é complexo e denso, pois refletiu o processo de acumulação de capital que ocorre de diferentes formas no espaço geográfico. No livro didático em uso na escola- os conteúdos acima listados surgem de forma enxuta e com um esvaziamento do discurso político (não confundir com político-partidário), além do agravo dos escassos materiais tecnológicos no colégio, o que repercute na forma de ensinar e apreender os assuntos didáticos, tanto por parte dos estagiários quanto por parte dos discentes.

De maneira geral, a socialização dos conhecimentos referentes à unidade trabalhada pelos estagiários foi feita de maneira satisfatória, apesar das limitações relacionadas à estrutura escolar e ao material utilizado para embasar as aulas. Mesmo não tendo seguido na íntegra o planejamento prévio de todos os encontros, os objetivos específicos foram sendo alcançados ao longo do desenvolvimento do estágio. Os objetivos foram atingidos mediante o trabalho/participação dos estagiários, dos alunos, da professora supervisora, da professora orientadora.

O livro didático, utilizado durante o desenvolvimento do estágio, fica aquém do esperado para alunos do 9º ano do ensino fundamental, com conteúdos desprovidos de criticidade e problematização. Longe de conceber o esvaziamento do discurso político e o enxugamento de conteúdos dos livros didáticos como ações impensadas, o presente trabalho os enxerga como propositura das forças econômicas e políticas dominantes. Reduzir o papel da ciência geográfica ao fosso de uma disciplina

meramente decoreba tem como objetivo inibir que os filhos da classe trabalhadora tomem “consciência emancipadora” (Mészáros, 2021) das engrenagens que sustentam e movem a ordem social capitalista.

Nesse sentido, os “docentes em formação” buscaram incrementar as aulas por meio de dados e informações não abordados pelo material didático e que pudessem colaborar com o entendimento dos assuntos tratados. Ademais, buscou-se trazer questionamentos e incitar debates sobre fatos específicos, sempre com o objetivo de estimular o senso crítico dos alunos frente às temáticas abordadas. Dessa forma, notou-se certa variedade em relação às opiniões emitidas em sala de aula, o que contribuiu com o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem.

É possível afirmar que muitos desafios tiveram de ser enfrentados durante o estágio, como, por exemplo, alinhar a teoria com a prática, adaptar a linguagem e a forma de transmitir os conhecimentos do âmbito acadêmico para a realidade escolar, entre outros. Embora haja a contribuição de vários componentes curriculares ao longo da graduação para a formação docente, é notório que nada substitui os ensinamentos oriundos da vivência do cotidiano escolar. Assim, todas as dificuldades encontradas contribuiriam, de algum modo, para a formação dos estagiários e para o seu aprimoramento como futuros docentes da Educação Básica.

Em relação às limitações da estrutura escolar, apesar de a sala de aula ter pouco espaço para comportar a turma de aproximadamente 40 alunos, foi possível desenvolver as atividades sem grandes problemas. Além disso, em um determinado momento, era esperado que se utilizasse o Datashow da escola para projetar um documentário cujo conteúdo estaria relacionado à temática desenvolvida durante o estágio. Porém, os aparelhos disponíveis para uso no momento apresentaram defeito, fazendo com que a atividade tivesse de ser cancelada. Mesmo não seguindo o antigo planejamento, é possível afirmar que a compreensão do conteúdo por parte dos alunos não foi prejudicada. Esses fatos (além de outros) evidenciaram, na prática, algumas dificuldades e imprevistos que fazem parte do dia a dia do docente, cabendo a este

adaptar-se e buscar superar as adversidades encontradas conforme elas ocorram.

Entre os diversos ensinamentos obtidos ao longo do desenvolvimento do estágio supervisionado está a compreensão acerca da importância da educação como ferramenta de desenvolvimento social. Isso fica ainda mais evidente em meio ao projeto neoliberal brasileiro em vigência, que busca transformá-la em mercadoria, ao passo que sucateia o ensino público por meio de contingenciamentos e da desvalorização do trabalho docente. Nesse contexto, faz-se necessário defender o ensino público de qualidade, prezando pela autonomia e pela participação dos professores nos processos decisórios. Ademais, é preciso ressaltar a importância da geografia (assim como outras disciplinas que fazem parte do rol das ciências humanas) e dos seus conteúdos para a formação de cidadãos críticos que possam compreender e transformar o espaço à sua volta.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **Expedições geográficas**: manual do professor. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 60-75.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de et. al. **Manifesto**: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021. 169 p. ISBN 978-65-86620-61-0

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 7-35. ISBN 85-11-01020-3

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 mai. 2024.

CARVALHO, D. M. de. **Comercialização Agrícola em Itabaiana – SE**. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2023. Disponível em < <https://editoracriacao.com.br/comercializacao-agricola-em-itabaiana-se/>>. Acesso em 04 jun. 2024.

CRUZ, Francisco Herbster Alencar et. al. Análise crítico-compreensiva da Base Nacional Comum Curricular voltada para os conteúdos de Geografia Física na Educação Básica. **REGNE**, v. 2, nº especial, p. 1401-1410, 2016.

CUT BRASIL. **Bolsonaro corta mais de R\$ 1 bi na educação e escolas e universidades podem fechar**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-corta-mais-de-r-1-bi-na-educacao-e-escolas-e-universidades-podem-fechar-0f62>. Acesso em: 09 out. 2022.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A Lei 13.415/2017 e o lugar da Geografia Escolar na estrutura curricular do Ensino Médio. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, v. 03, n°. 2, p. 1-18, 2020.

GONÇALVES, Juliano Rosa. Uma nova Geografia Escolar a partir da Base Nacional Comum Curricular: apontamentos sobre os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, v. 05, n°. 1, p. 191-216, 2022. ISSN 2594-9616.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades - 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>. Acesso em: 19 out. 2024.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã: crítica do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2021. ISBN 978-65-5717-103-5

PACÍFICO, Marsiel. Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método. **Argumentos: Revista de Filosofia**. Fortaleza, v. 11, n. 21, p. 220-231, jan.-jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/41057>. Acesso em: 11 mai. 2021.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p. ISBN 978-85-7743-182-3

Qeduc. **IDEB**. Brasília, 2023. Disponível em <<https://qedu.org.br/municipio/2802908-itabaiana/ideb>>. Acesso em 18 out. 2024.

SAVIANNI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

UOL. **Merenda escolar sem reajuste faz com que crianças dividam até ovo**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2022/09/16/merenda-escolar-sem-reajuste-faz-com-que-criancas-dividam-ate-ovo.htm>. Acesso em: 09 out. 2022

Contribuições de autoria

1 – Tiago Barreto Lima

Universidade Federal de Sergipe, Graduado em Geografia
<https://orcid.org/0000-0003-1360-2302> • thiagobarreto824@gmail.com
Contribuição: Escrita - primeira redação, escrita - revisão e edição

2 – Diana Mendonça de Carvalho

Universidade Federal de Sergipe, Doutora em Geografia
<https://orcid.org/0000-0001-5934-8165> • dianamendonca@academico.ufs.br
Contribuição: Escrita - revisão e edição

Como citar este artigo

LIMA, T. B; CARVALHO, D. M. de. A Geografia na BNCC: reflexões a partir dos conteúdos sociedade urbano-industrial e suas fontes de energia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 28, e87761, 2024. Disponível em: 10.5902/2236499487761. Acesso em: dia mês abreviado ano.